

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS E RESULTADOS DE PESQUISA

Franciele Santos de Lima

Nadir Zago

Resumo

Este trabalho contempla o fenômeno da evasão no ensino superior, no Brasil. A partir de um levantamento da produção acadêmica recente (teses e dissertações) sobre o tema, analisamos as principais tendências de pesquisas. Esta etapa forneceu elementos para uma pesquisa, em nível de mestrado, voltada ao estudante que interrompe seu curso de graduação em uma instituição comunitária do Estado de Santa Catarina. No presente texto privilegiamos parte dos resultados de um questionário aplicado a 166 estudantes que trancaram, cancelaram ou transferiram seu curso no período de janeiro e fevereiro de 2016. Entre as principais características, são estudantes jovens, solteiros, egressos do ensino médio público e que, na sua maioria, cursavam os primeiros períodos da graduação. A evasão no ensino superior ocorre de diferentes formas, mas uma proporção importante (38,2%) das interrupções de curso se configura por mobilidade (tanto do curso quanto da instituição) e não de desistência do sistema de ensino. Concluímos que há necessidade de estudos, sobre o fenômeno da evasão, que possibilitem análises comparativas entre as diferentes instituições e subsídios que objetivem a sua redução.

Palavras-chave: evasão no ensino superior, perfil do estudante, universidade comunitária

Instituição Financiadora: Programa Uniedu Pós-Graduação

Introdução

O fenômeno da evasão no ensino superior tem gerado pesquisas, contudo uma das maiores dificuldades em se discutir sobre este assunto é a própria diversidade conceitual entorno do tema. Por se tratar de um termo polissêmico, a *evasão* pode ser compreendida como abandono, desistência, fracasso, saída definitiva do curso, da instituição e/ou do sistema escolar, ou ainda, como suspensão temporária dos estudos, mobilidade, transferência de curso e/ou instituição.

Santos (2014) entende a evasão como a situação de um estudante que tendo ingressado no ensino superior, em um dado momento, deixa de renovar a matrícula e prosseguir os estudos e Gaioso (2005, apud Baggi e Lopes, 2011), compreende a evasão como um fenômeno social complexo, definido pela interrupção do ciclo de estudos.

Para o Ministério da Educação (MEC, 1997), a evasão é compreendida como a saída definitiva do estudante do curso de origem sem concluí-lo. No entanto esta definição deixa lacunas para os casos em que o estudante deixa seu curso sem concluí-lo, mas ingressa em outro na mesma instituição (transferência interna), ou ainda migra para outra instituição de ensino superior (IES) (transferência externa). Nestes casos, Ristoff (apud MEC, 1997, p.19)

propõe o termo evasão por mobilidade por representar “mudança do estudante de curso ou de instituição permanecendo no sistema de ensino”.

Além da questão conceitual, algumas pesquisas nem sempre se identificam com o termo evasão, preferindo seu antônimo - a permanência. Como destaca Schmitt (2014), da relação dialógica entre os temas evasão e permanência, pode-se obter uma mesma unidade de pesquisa, pois os fatores de vulnerabilidade, preditivos e preventivos se inter cruzam.

Baggi e Lopes (2011, p. 371) consideram que “a evasão tem múltiplas razões, dependendo do contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida. Pode estar relacionada, por exemplo, a má qualidade de ensino oferecido pela IES, provocando a perda definitiva do aluno”. As autoras defendem um processo de avaliação institucional que se relacione com políticas de permanência, pois segundo elas foi a partir do tema da avaliação institucional que surgiu, em 1995, o debate sobre a evasão no Brasil. Através do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi realizado o primeiro Seminário sobre Evasão nas universidades públicas brasileiras, após este evento o MEC instituiu a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, na busca de propostas para a diminuição dos índices de evasão (BAGGI e LOPES, 2011).

Recentemente foi realizado, em Brasília, o II Seminário Evasão no Ensino Superior, realizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (2015), com participação de gestores das IES e autoridades ligadas ao MEC. Na ocasião tratou-se do tema da evasão, suas causas, estratégias e programas de controle. A estimativa é de que a evasão atinge uma média anual entre 21% e 22%, contudo se analisados apenas os primeiros períodos dos cursos, a média de evasão pode chegar a 50% (CRUB, 2016).

Para estabelecer um panorama da evasão no ensino superior no Brasil, Silva Filho et al (2007) analisaram os dados disponibilizados pelo MEC de 2000 a 2005, confirmando que a taxa anual média de evasão era de 22%. O mesmo estudo observa que, comparativamente, as taxas de evasão brasileira eram menores do que em outros países da América Latina, maiores se comparadas a países orientais como Japão e Turquia, e equivalentes à países como França, Itália e Suécia. Nesta perspectiva, depreende-se que o problema da evasão é internacional e que o Brasil acompanha este movimento. No entanto, como observamos acima, o índice geral de evasão pode ser muito superior quando se consideram os primeiros períodos dos cursos de graduação ou ainda a natureza do curso.

Seja a evasão definitiva ou temporária, ou ainda por mobilidade, trata-se de um fenômeno que tem consequências econômicas e sociais, sem contar as implicações pessoais

para aqueles que interrompem seus cursos. Os reflexos negativos da evasão nas Instituições de Ensino Superior estão presentes na ociosidade de vagas que deixam de ser preenchidas, no desuso das estruturas físicas e equipamentos, ociosidade dos professores e funcionários, ocasionando muitas vezes redução do quadro funcional, entre outras. Para o estudante a evasão pode representar o atraso ou desistência de um sonho, de uma carreira profissional, de crescimento pessoal e ainda a redução das chances de uma melhoria na renda (TONTINI e WALTER, 2014).

Apesar de sua importância, pesquisas sobre a evasão no ensino superior, na pós-graduação (dissertações e teses) são ainda reduzidas. Santos (2014), analisando o Portal de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no período de 2000 a 2012 e as Reuniões Anuais da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), identificou apenas 03 teses, 06 dissertações e 02 artigos publicados na ANPED. Baggi e Lopes (2010) associando a temática da evasão à avaliação institucional, analisaram a produção acadêmica de 2008 a 2009 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), encontrando apenas 04 trabalhos na área da Educação no Ensino Superior.

Para ampliar os períodos acima citados, que vão de 2000 a 2012, buscamos na BDTD, com os termos *evasão e ensino superior*, a produção acadêmica entre 2012 a 2015. Na pesquisa realizada em outubro de 2015, encontramos 20 trabalhos dos quais 03 teses e 17 dissertações, resultado que indica uma ampliação do interesse pelo tema.

Dentre as teses e dissertações identificadas, a maioria (14) analisou a evasão em instituições públicas, apenas 01 em instituição privada, 01 não deixava claro qual a rede da IES analisada e 04 tratavam-se de pesquisas bibliográficas. Quanto às regiões do país, 07 foram estudos produzidos na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), contudo nenhum deles abordou o tema em instituições comunitárias de ensino superior (ICES) ou foi desenvolvido em Santa Catarina.

Reconhecendo essa lacuna, nosso interesse de pesquisa se volta para o fenômeno da evasão nos cursos de graduação de uma instituição comunitária localizada no Oeste do estado de Santa Catarina. Para o encontro da Anped Sul organizamos nosso trabalho em duas partes articuladas.

Na primeira, sintetizamos nossa incursão sobre o tema da evasão e a partir desta revisão situamos as principais tendências recentes entorno da produção levantada. O estudo da bibliografia consultada foi fundamental para situar o cenário em que se inscreve o presente

trabalho. Na segunda parte apresentamos resultados preliminares de uma pesquisa, em nível de mestrado, que teve por objetivo investigar como se manifesta o fenômeno da evasão em uma instituição comunitária. Considerando que esta instituição não dispõe de um estudo realizado diretamente com os estudantes que interrompem seus estudos, optamos por uma pesquisa inicial de tipo exploratória focando especialmente nas características sociais e econômicas destes estudantes na instituição pesquisada. Tal como entendemos “os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência acerca do problema de pesquisa”, contudo não eximem da revisão de literatura e aplicação de ferramentas de coleta de dados e análise dentro do rigor científico (TRIVIÑOS, 1987, p.109).

O que nos dizem as pesquisas sobre evasão no ensino superior

Nesta parte do trabalho apresentamos os dados relativos à produção acadêmica, analisada no período de 2012 a 2015 na BDTD, e verificamos que as pesquisas acerca da evasão no ensino superior apresentam uma tendência de crescimento nos últimos 05 anos, sobretudo aquelas que investigam este fenômeno em instituições públicas, enquanto as instituições privadas aparecem timidamente e as instituições comunitárias raramente são alvo de análise (SANTOS, 2014; SCHMITT, 2014 e BAGGI E LOPES, 2011).

Quanto à natureza adotada para levantamento e análise dos dados, entre os trabalhos identificados destacam-se estudos quantitativos e qualitativos (12)¹ que utilizaram como instrumento de coleta de dados as estatísticas disponibilizadas pelas IES pesquisadas, questionários e entrevistas². Em menor proporção estão as análises qualitativas (06)³ com predomínio de revisão bibliográfica, e as quantitativas (02) baseadas nas estatísticas disponibilizadas pelo MEC (RAMOS, 2013) e a relação da evasão com a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificada (SiSU) (SZERMAN, 2015).

Para análise e interpretação dos dados, poucos autores identificam no resumo a abordagem teórica utilizada, entre os que identificaram observamos a predominância da análise sociológica baseada no Modelo de Integração de Vincent Tinto (SILVA, 2012;

¹ Ver Castro (2012), Lima Junior (2013), Lopes (2014), Lourenço (2014), Macedo (2012), Martins (2013), Sobrinho (2013), Massi (2013), Barreto (2014), Fialho (2014), Parente (2014) Gomez (2015). Estudos com abordagem quantitativa: Ramos (2013).

² Os estudos que utilizam questionários e entrevistas, em geral, abrangem um número reduzido de estudantes, e poucos envolvem conjuntamente estudantes, gestores e professores de maneira integrada.

³ Ver Amaral (2013), Silva (2014), Silva (2012), Palácio (2012), Betzek (2015) e Oliveira (2015).

LOURENÇO, 2014 e CASTRO, 2012), e na tradição disposicionalista de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire (MASSI, 2013; LIMA JUNIOR, 2013 e PARENTE, 2014).

Schmitt (2014) ressalta que se tratando do tema evasão no ensino superior, as análises teóricas feitas pelas pesquisas em nível internacional têm se ancorado em diferentes epistemologias, tradições investigativas e paradigmas diversos, criando assim certa fragmentação de conceitos, enfoques e perspectivas, mas que lentamente caminham para uma centralização conceitual do problema.

A partir da análise da produção acadêmica, foi possível traçar o perfil do estudante que interrompe seu curso de graduação, como sendo jovens, entre 18 e 33 anos (LOURENÇO, 2014; MARTINS, 2013 e RAMOS, 2013), mulheres⁴ (RAMOS, 2013 e MARTINS, 2013), potencializando as chances de evadir se for gestante (LOURENÇO, 2014).

A distância geográfica entre a moradia do estudante e a IES também é um traço marcante no perfil dos evadidos, que em sua maioria residem distante do campus ou em outra cidade (LOURENÇO, 2014 e PARENTE, 2014).

Características ligadas à condição sociocultural dos estudantes como o baixo capital econômico e cultural das famílias também predomina nos casos de evasão (PARENTE, 2014 e LOURENÇO, 2014). Lima (2008, apud BAGGI E LOPES, 2011 p. 358) ressalta que os fatores socioeconômicos podem assumir papéis diferentes se considerarmos instituições públicas e privadas. Gisi (2006, apud BAGGI E LOPES, 2011 p. 357) indica que a dificuldade de permanência no ensino superior, para estudantes de setores sociais menos favorecidos, associa-se não apenas ao baixo capital econômico, como também a falta de aquisição de capital cultural ao longo da sua trajetória escolar e de vida, capital este que segundo a autora não se obtém rapidamente.

Portanto, observamos que as desigualdades sociais e culturais marcam o perfil do estudante evadido, sobretudo pelo baixo capital econômico e cultural familiar, e que o ingresso no ensino superior não é suficiente para equilibrar estas desigualdades, o que nos leva a questionar se o simples fato de dar oportunidades iguais de acesso aos desiguais é suficiente para garantir a concretização dos estudos de ambos. Essa questão encontra apoio na constatação de que a evasão de estudantes ocorre sobretudo nos primeiros períodos da graduação (LOURENÇO, 2014 e MARTINS, 2013), em cursos EaD (educação à distância) e noturnos, principalmente para estudantes que não possuem financiamento estudantil e não se envolvem em atividades extracurriculares (RAMOS, 2013).

⁴ Apenas Paredes (2014) cita os homens como perfil predominante.

Quanto à evasão na modalidade EaD ⁵, Santos (2014) identificou que o primeiro contato do estudante com a instituição e a metodologia de ensino podem ser decisivos, pois a ausência da interação pessoal, falta de hábitos e técnicas de estudo individualizados podem levar o estudante a evadir. Outros autores também identificaram a escolha precoce do curso e da profissão como uma variável que tende a evasão, e destacam os programas de orientação profissional como alternativas para auxiliar o estudante a fazer uma escolha mais acertada, evitando assim o desencanto com a carreira e mesmo com a instituição, sobretudo nos cursos de licenciatura (SANTOS, 2014 e BAGGI e LOPES, 2011).

Desta forma, concluímos que o perfil do estudante que evade ou tende a evadir é marcado por diferentes dimensões, quer sejam pessoais, culturais, sociais ou econômicas, e que estas podem interferir direta ou indiretamente na sua trajetória acadêmica.

Para ampliar a compreensão sobre a evasão, o perfil do estudante evadido e seu contexto, torna-se necessário ainda considerar as causas frequentemente apontadas e o contexto institucional e político em que está inserido, pois sabemos também que a evasão pode afetar IES públicas, comunitárias e privadas de diferentes formas, contudo não se pode negar que afeta a todas. Reconhecer as causas ou fatores que predispõem os estudantes a evadir é fundamental para o desenvolvimento de ações e estratégias que garantam sua permanência e conclusão do curso.

Dentre os estudos analisados, 03 não citam de maneira direta as causas ou fatores associados à evasão, mas sim aquelas relacionadas à permanência. Entre os fatores associados à permanência, encontramos: integração acadêmica, os programas de auxílio ao estudante como ajuda de custo para a participação de eventos, bolsa desporto para universitários atletas, auxílio-moradia ou residência universitária e restaurante universitário, além de apoio pedagógico, psicológico e odontológico, entre outras formas de auxílio estudantil, contudo todas estas iniciativas foram observadas em instituições públicas (SILVA, 2012; PALÁCIO, 2012 e BETZEK, 2015). Considerando o que tratam esses autores é oportuna a observação de Schmitt (2014, p.3) ao sinalizar que “em meio a esta diversidade conceitual observada nos diferentes contextos geográficos, este binômio evasão/permanência pode ser compreendido como uma unidade.” Ou seja, os fatores de vulnerabilidade, preditivos e preventivos se inter cruzam e neste aspecto dialógico constituem uma única unidade de análise.

⁵ Quanto as modalidades de ensino, presencial ou à distancia (EaD), identificamos apenas 03 estudos que avaliam a evasão em EaD (MARTINS, 2013; SOBRINHO, 2013 e SILVA, 2012).

Quanto às causas associadas à evasão, entre os estudos analisados, podemos classificar basicamente em 02 grandes categorias: institucionais/acadêmicas e pessoais/interpessoais.

1) As *causas institucionais*, mais frequentemente citadas, se referem a problemas de gestão e de políticas institucionais voltadas ao controle e redução da evasão. As constatações são de que muitas instituições ainda se encontram despreparadas para lidar com o assunto, havendo muitas vezes um contrassenso entre a percepção dos dirigentes das IES e as informações e estatísticas oficiais sobre a evasão (BAGGI e LOPES, 2011 e SCHMITT, 2014).

A ausência, por parte das IES, de estudos sobre as causas da evasão e orientações aos estudantes que não se adaptam ao curso, pode estar associada às dificuldades de acesso aos programas de assistência estudantil e a insatisfação dos estudantes com seu curso (SILVA, 2014 e AMARAL, 2013). Neste sentido Baggi e Lopes (2014) destacam a importância da integração acadêmica do estudante na IES e complementam que “o impacto causado pela experiência acadêmica na vida do aluno torna a IES responsável pela promoção do desenvolvimento e interação do estudante com o cotidiano do curso e dos diferentes contextos de aprendizagem” (BAGGI E LOPES, 2011 p. 360).

Problemas na atuação e/ou falta de motivação por parte dos gestores, docentes e tutores (no caso da EaD) também aparece entre as causas institucionais ligadas a evasão (SOBRINHO, 2013 e LOPES, 2014), seguida do currículo escolar que, muitas vezes, torna-se um obstáculo institucional. Diversos autores observaram que os estudantes preferem optar por cursos mais tradicionais e profissionalizantes, com normas claras e definidas, e que há uma redução na evasão após a consolidação dos cursos (CASTRO, 2012; BARRETO, 2014 e GOMEZ, 2015).

Neste sentido as causas institucionais encontram-se intimamente ligas as *causas acadêmicas* relacionadas à evasão, como a baixa qualidade do curso, metodologias de ensino ultrapassadas ou pouco interessantes e ambiente virtual deficiente (no caso da EaD) (SILVA, 2014 e SOBRINHO, 2013). Alguns estudos associam o baixo desempenho nas disciplinas e o alto índice de reprovações, sobretudo nas disciplinas introdutórias, como fatores predominantes nos casos de evasão (AMARAL, 2013; BARRETO, 2014 e PARENTE, 2014). Oliveira (2015) associa este baixo rendimento acadêmico a não adaptação às vivências próprias do período universitário e Silva (2014) lembra as deficiências muitas vezes trazidas do ensino básico que dificultam a inserção no ensino superior.

Acreditamos que o baixo rendimento acadêmico é um dos fatores que influencia grandemente na inclinação à evasão, mas que existem causas subjacentes a este rendimento que não ficam explícitas nas avaliações escolares, como por exemplo, as dificuldades temporais em conciliar trabalho e estudos, enfrentadas por estudantes das classes populares que mesmo possuindo bolsas de estudos, precisam continuar trabalhando para manter-se. Portanto, não poder negligenciada a influência da condição socioeconômica na vida do estudante e no seu rendimento escolar.

2) Quanto às causas relacionadas a aspectos *pessoais/interpessoais* há uma combinação de responsabilidades que não são apenas do estudante, pois entre elas destacam-se os problemas de relacionamento entre discentes e docentes (SOBRINHO, 2013) e entre os próprios discentes (CASTRO, 2012). Segundo Lopes (2014) alguns gestores não compreendem como causas da evasão os problemas de relacionamento entre os docentes e discentes, o que revela que muitos deles subestimam o papel da gestão e da instituição na resolução do problema da evasão.

Algumas pesquisas indicam ainda como causas pessoais ligadas à evasão, a não identificação com o curso por parte do estudante (LOPES, 2014). Estudos anteriores também situaram entre as causas da evasão “falta de identidade com o curso, escolha errada da carreira, desencanto com a universidade, baixa demanda pelo curso, possivelmente associada ao baixo prestígio social do curso escolhido, entre eles, as licenciaturas” (BAGGI E LOPES, 2011).

Como já sinalizado nas questões relacionadas ao perfil dos estudantes, as dificuldades financeiras são apontadas como causa da evasão pela maioria dos autores que pesquisam sobre o tema (SCHMITT, 2015; SANTOS, 2014; BAGGI E LOPES, 2011; BARRETO, 2014; SILVA, 2014; LOPES, 2014 E MARTINS, 2013). Contudo não se pode considerar a questão financeira de forma isolada, como enfatiza Lobo (2012, p.18), pois “existem muitos casos de inadimplência e evasão que decorrem de problemas financeiros, mas raramente eles são causas isoladas da inadimplência.”

Verificando as principais causas citadas em relação à evasão, observamos que não é possível analisá-las isoladamente, pois entendemos que cada fator está ligado a um contexto institucional e pessoal e que reduzir as explicações acerca das causas da evasão associando-as unicamente a falta de condições financeiras do estudante em pagar a mensalidade nas IES cujo ensino não gratuito, ou ainda que o universitário não conseguiu acompanhar o currículo escolar mais exigente nas IES públicas, seria negar a presença de desigualdades sociais e

tensões entre elas e, por várias razões, o impasse vivenciado pelo estudante entre prosseguir ou não seus estudos.

Pesquisa de campo em uma instituição comunitária: características sociais do estudante que interrompe seu curso de graduação

Nesta parte apresentamos resultados de um estudo sobre evasão no ensino superior em uma IES comunitária. Para obter os dados, foi aplicado um questionário para estudantes que solicitavam cancelamento, trancamento ou transferência na instituição. Responderam o questionário 166 estudantes entre janeiro e fevereiro de 2016, período quando efetuam suas matrículas, rematrículas, bem como os pedidos de desligamento dos cursos de graduação. Observamos que na instituição estudada o cancelamento da matrícula define o rompimento do vínculo do estudante com a IES, assim como a transferência para ingresso em outra IES. Já o trancamento da matrícula e a transferência interna de curso representam a manutenção do vínculo com a universidade.

As informações recebidas do instrumento aplicado permitiram traçar um perfil deste grupo social a partir das seguintes categorias: identificação pessoal (idade, sexo, raça/cor, endereço...); escolaridade (ensino médio, forma de ingresso no ensino superior, curso de graduação); renda familiar; escolaridade dos pais; categorias (cancelamento, trancamento, transferências...) e causas da evasão. Para o presente trabalho apresentaremos parte dos resultados desta pesquisa sobre os estudantes que interrompem seus estudos considerando suas principais características e modalidades de evasão.

Seguindo a tendência apresentada na literatura consultada, o público que interrompe os estudos na instituição estudada é predominantemente jovem, entre 17 a 20 anos (65%), solteiro (89,2%), não possui filhos (91%), 53% mulheres e 47% são homens e, a grande maioria (81,9%) declara-se de cor branca.

Quanto ao local de procedência e conforme questionários preenchidos no momento da interrupção dos cursos, 52% residem no município sede da instituição, enquanto os demais são de outros estados ou procedentes de cidades do entorno. Resultados dos estudos de Lourenço (2014) e Parente (2014) identificaram a distância entre o local de moradia do estudante e a instituição de ensino superior como uma característica importante da evasão. Essa entre outras questões sobre as razões da evasão serão tratadas em nossa dissertação de mestrado. O que podemos adiantar até o momento é que 55,4% afirmam que residem na cidade, sede da instituição, apenas para estudar, enquanto 42,2% para estudar e trabalhar.

Contudo quando questionados se estavam trabalhando ou não no momento da pesquisa 58,4% afirmavam exercer alguma atividade remunerada, 22,1% não estavam trabalhando e 19,5% não responderam. Portanto, até o momento da pesquisa, a maioria trabalhava e estudava e em ocupações, sobretudo relacionadas à área administrativa e comércio em geral, principalmente nos períodos matutino e vespertino e, em menor número (6,2%) no período noturno.

Quando a renda familiar, mais da metade (61,4%) encontra-se na faixa abaixo de R\$2.500,00; 28,4% entre R\$ 2.500,00 a R\$ 5.000,00 e apenas 10,2% acima de R\$ 5.000,00. A faixa de renda indica que estes estudantes possuem baixo capital econômico, resultado semelhante ao de pesquisas apresentadas anteriormente (PARENTE, 2014; LOURENÇO, 2014). Na instituição por nós pesquisada esse dado é significativo, pois se o estudante não é beneficiário de bolsa de estudo, ele tem suas despesas de permanência no ensino superior ampliadas com a mensalidade do curso.

Ainda analisando o contexto familiar, conforme quadro abaixo, 38,5% dos pais não concluíram o ensino fundamental. As mães tem escolaridade mais prolongada, uma vez que 68,7% tem um grau de escolaridade além do ensino fundamental, contrariamente aos 48,1% dos pais nessa mesma condição.

Escolaridade dos pais conforme questionário aplicado

Escolaridade	Sem instrução	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo	Ens. Méd. Incompleto	Ens. Méd. Completo	Ens. Superior	Pós-Grad.	Não respondeu
Pai	4,8%	33,7%	10,2%	7,2%	22,9%	9,6%	8,4%	3,0%
Mãe	2,4%	19,9%	7,2%	10,2%	31,9%	12,7%	13,9%	1,8%

Fonte: pesquisa de campo (questionário).

Quanto ao histórico escolar dos estudantes, a grande maioria é egressa do ensino médio público (79,5%) e 20,5% na rede privada (16,3% sem bolsa de estudos e 4,2% com bolsa de estudos), dados estes que conferem com a realidade dos estudantes que ingressam na instituição. A quase totalidade ou 96,4% concluiu o ensino médio em período regular e uma pequena parcela através de exames supletivos ou educação de jovens e adultos.

Para ingressar no ensino superior, apenas 20,5% declararam ter frequentado curso de preparação para o vestibular. Em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 82,5% participaram desta avaliação. Cabe ressaltar que o ENEM se tornou uma das principais formas de seleção para ingresso nas instituições públicas de ensino superior, substituindo a prova do vestibular. Na instituição pesquisada, no início de cada ano (janeiro) ocorre o

ingresso dos estudantes, selecionados pelo vestibular, para a maioria dos cursos oferecidos e no mês de julho, abre-se vagas para outras formas de processo seletivo (com número de cursos reduzidos), além das vagas remanescentes. Em relação aos questionados, 59,6% dos estudantes ingressaram através da prova do vestibular, 26,5% através de processo seletivo que classifica o estudante de acordo com nota do histórico escolar ou do ENEM, e 13,9% através das vagas remanescentes (transferências internas, externas, portadores de diploma e retornos de trancamento ou desistência).

Uma tendência observada em outros estudos (RONSONI, 2014; LOURENÇO, 2014 e MARTINS, 2013 e RAMOS, 2013) é de uma interrupção ocorre em geral nas primeiras fases do curso, conforme também tendência entre os estudantes pesquisados. Neste grupo uma proporção importante (32,5%) matriculou-se, mas não cursou o primeiro período letivo, 20,5% concluíram apenas o 1º período (um semestre), 9,6% o 2º período e 9,6% o 3º período. Destaca-se que 60,3% dos estudantes que interromperam o curso de graduação estavam matriculados em cursos noturnos, o que sugere a não compatibilidade entre estudo e trabalho ou outras razões ainda a investigar.

Quanto à modalidade da evasão verificamos que 22,9% dos estudantes efetuou o cancelamento da matrícula sem ter frequentado o curso, o que caracteriza para a IES uma evasão definitiva, enquanto 28,9% efetuaram o trancamento e afirmaram que não pretendiam estudar no momento. Para a instituição o trancamento pode ser considerado uma evasão temporária, pois o estudante tem vaga garantida para retorno por um período de 02 anos, contudo nosso estudo revelou que 21,1% dos estudantes que disseram trancar o curso na instituição estavam migrando para outra universidade, o que caracteriza uma evasão por mobilidade e, de certa forma, uma distorção do conceito de evasão temporária entendido pela instituição. Associando os resultados desta última modalidade aos índices declarados de trancamento para transferência de curso na mesma IES (4,8%), transferência de universidade (4,8%), transferência de curso e universidade (4,8%) e transferência de curso na mesma IES (3%), podemos perceber uma forte tendência à evasão por mobilidade (38,5% no total), como também foi constatada em recente pesquisa realizada em uma instituição pública (ZAGO, PAIXÃO e PEREIRA, 2015).

A forte proporção de ausência de respostas (65,7%) quanto às mudanças de curso ou IES, impede a obtenção de dados mais completos sobre o deslocamento dos estudantes, o que chama a atenção para o limite da pesquisa por questionário. No entanto, aqueles que migraram de instituição, demonstram que esse deslocamento ocorre tanto para a rede pública

(16,3%) quanto privada (10,8%) e 7,2% comunitária. A compreensão da escolha da rede para dar prosseguimento aos estudos será objeto de uma etapa posterior da análise dos dados.

Considerações finais

Embora nossa pesquisa forneça um volume importante de informações sobre a evasão, incluindo as suas causas, estas serão objeto de aprofundamento em uma etapa posterior. Para efeito deste texto procuramos identificar algumas características sociais e culturais dos estudantes que interrompem seus estudos e as modalidades de evasão.

Neste trabalho reconhecemos que a evasão no ensino superior ocorre de diferentes formas, mas uma proporção importante (38,2%) das interrupções de curso da graduação se configura por mobilidade (tanto de curso quanto de instituição) e não abandono do sistema de ensino. Este dado chama a atenção para a necessidade de definição conceitual sobre a evasão no ensino superior.

Considerando, conforme levantamento efetuado, que a maioria das pesquisas sobre evasão foram realizadas em IES públicas destacamos a necessidade de estudos sobre o mesmo fenômeno em instituições privadas e comunitárias, maioria no país, e de análises comparativas dos resultados que levem em conta a diversidade de instituições no país.

Entendemos que estudar a evasão no ensino superior pode contribuir para identificar possíveis estudantes com maior propensão à evasão e, conseqüentemente, fornecer indicadores para o desenvolvimento de políticas que possam favorecer a permanência dos estudantes na universidade.

Referências bibliográficas

AMARAL, João B. do. **Evasão discente no ensino superior**: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus Sobral). 2013. 48f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

BAGGI, Cristiane A. S.; LOPES, Doraci, A. L. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas, v.16, n.2, p.355-374, julho, 2011.

BARRETO, Jeilson. **A evasão nos bacharelados interdisciplinares da UFBA**: um estudo de caso. 2014. 179p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

BETZEK, Simone B. F. **Avaliação do Programa Nacional De Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR** - Campus Medianeira. 2015. 139f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2015.

CASTRO, Alexandre K. dos S. S. de,. **Evasão No Ensino Superior: um estudo no curso de Psicologia da UFRGS**. 2012. 114p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUB, CRUB sedia segunda edição do Seminário “Evasão no Ensino Superior”. **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**, 2016. Disponível em <http://www.crub.org.br/?p=4977>. Acesso em 01 de março de 2016.

FIALHO, Marillia G. D. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal Da Paraíba**. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

GOMEZ, Magela R. F. **Acesso e Permanência de alunos de Engenharia da UTFPR – Câmpus Medianeira**. 2015. 123f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências) - Universidade Estadual Paulista. Marília. 2015.

LIMA JUNIOR, Paulo. **Evasão do ensino superior de Física segundo a tradição disposicionalista em Sociologia da Educação**. 2013. 258f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LOBO, Maria B. de C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **ABMES Cadernos**. Brasília, v. 25, p 9-58, setembro/dezembro, 2012.

LOPES, João C. de S. **Evasão nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em instituições de ensino superior da Região Sul do Brasil**. 2014. 113f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014.

LOURENÇO, Ana V. M. **O fenômeno da evasão no ensino superior no curso de Administração no Estado do Rio De Janeiro nos anos de 2006 a 2012: um estudo de caso UNIGRANRIO**. 2014. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Grande Rio. Rio de Janeiro, 2014.

MACEDO, Claudia. **Student evasion in Mathematics, Chemistry and Physics courses at the federal university fluminense: a silente problem**. 2012. 106f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Socieais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, Carolina Z. **Evasão no curso de graduação em Administração na modalidade a distância: um estudo de caso**. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, 2013.

MASSI, Luciana. **Relação aluno-instituição: o caso da licenciatura do Instituto de Química da UNESP/Araraquara**. 2013. 167f. Tese (Doutorado) – Instituto de Física e Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira

dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Brasília, 1997. 152 p.

PALÁCIO, Paula da P. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal Do Ceará (UFC)**. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

PARENTE, Nória N. **As condições de acesso e permanência dos estudantes do curso de licenciatura em Física do IFCE**, Campus De Sobral. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014

RAMOS, Lilian das G. **Dois ensaios sobre Educação Superior no Brasil**. 2013. 108f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

RONSONI, M. L. Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim. In: PEREIRA, T. I. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado**. Erechim: Evangraf, 2014, p. 17-31.

SANTOS, Priscila K. Abandono na Educação Superior: um estudo do tipo Estado do Conhecimento. **Educação Por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 240-255, julho/dezembro, 2014.

SCHIMITT . Rafael E.. A evasão na educação superior: uma compreensão ecológica do fenômeno como estratégia para a gestão da permanência estudantil. In: **X Anped Sul - Reunião Científica da ANPED**, 2014. Textos Completos. Florianópolis: UDESC, Outubro, 2014 p 1-21. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/690-0.pdf

SILVA, João A. **Permanência de alunos nos cursos presenciais e à distância em Administração**: contribuições para a gestão acadêmica. 2012. 273f. Tese (Doutorado em administração na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Argemiro S. da,. **Retenção ou evasão**: a grande questão social das instituições de ensino superior. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2014.

SILVA FILHO, R. L.L., MOTEJUNAS, P. R., HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 37, n. 132, p. 641- 659, setembro/dezembro. 2007.

SOBRINHO, José F. de O. **Evasion the top distance education**: a case study in the UFC Virtual Institute. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SZERMAN, Christiane. **The effects of a centralized college admission mechanism on migration and college enrollment**: evidence from Brazil. 2015. 65f. Dissertação (Escola de Pós-Graduação em Economia) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2015.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana. Pode- se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 89- 110, março. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

ZAGO, Nadir, PAIXAO, Lea P. e PEREIRA, Thiago I. **Expansão do ensino superior: problematizando o acesso e a permanência de estudantes em uma nova universidade federal.** In 37º Reunião Nacional da ANPEd. 2015. Trabalhos apresentados GT14 – Sociologia da Educação. Florianópolis: UFSC, outubro, 2015. p 1-17.